

APRESENTAÇÃO:

ESTUDOS EM ATITUDES E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS: PERCURSOS ENTRE FRONTEIRAS GEOGRÁFICAS, POLÍTICAS E LINGUÍSTICAS

Quando esse dossiê sobre atitudes linguísticas e políticas linguísticas foi anunciado pela Revista Ideação e no âmbito da *Cátedra Unesco em Políticas Linguísticas para o multilinguismo*, buscávamos reunir trabalhos que discutissem a profunda relação entre, de um lado, os saberes (re)construídos socialmente sobre e nas línguas e, de outro, as decisões, ações e intervenções sobre elas, seus usos e sua forma, e que incidem em seus lugares na sociedade nos mais variados domínios. Diante dessa proposta, tínhamos em vista dois campos de investigação que congregam densa produção acadêmica tanto no Brasil e quanto no exterior – os estudos em atitudes linguísticas e os estudos em políticas linguísticas – e que se encontram de tal modo imbricados levando-nos a compreender que forças sociais e políticas influenciam comportamentos diante das línguas e daqueles que as usam e a partir delas constroem identidades.

A predisposição para pensar, sentir e agir diante de determinadas línguas, variedades ou grupos linguísticos, ou seja, aquilo que convencionamos denominar atitudes linguísticas, consiste de fenômeno multifacetado que se relaciona à manutenção ou desaparecimento de algumas línguas, à forma como os estatutos das línguas são atribuídos e convencionados social e politicamente, às posições que as tantas línguas do mundo ocupam no tecido social frente relações de poder, às políticas linguísticas implícitas e explícitas, bem como à maneira como diversas comunidades de fala e linguísticas falam de e sobre suas línguas. Assim, esse dossiê foi delineado sobre o pressuposto de que as políticas linguísticas, ou seja, as decisões em relação às línguas e seus usos na sociedade, corroboram para a construção dos saberes, crenças, opiniões e estereótipos sobre as línguas e seus lugares, uma vez que tais decisões são perpassadas por ideologias linguísticas e discursos existentes em determinado enquadre

histórico, político e cultural que, necessariamente, incidem no modo como pensamos sobre as línguas e, por que não dizer, sobre aqueles que as falam.

Dito isso, se há algo latente que perpassa as muitas linhas que tecem os seis textos que compõem esse dossiê, podemos afirmar que é a assunção de que as atitudes linguísticas se encontram na pauta das muitas formas de gestão das situações de uso das línguas e das línguas em si. E, também, a de que as intervenções em relação às línguas e seus usos na sociedade influenciam na formação e reprodução de atitudes linguísticas em diversas esferas, sejam elas favoráveis ou desfavoráveis. Assim, tanto as políticas linguísticas podem contribuir a médio e longo prazo para a construção de saberes e sentires que compõem o que chamamos de atitudes linguísticas, como, também, verificamos o movimento inverso das atitudes conformarem as orientações político-linguísticas que incidirão em formas de gestão das línguas.

Esse dossiê, como o título dessa apresentação anuncia, é composto de trabalhos de pesquisadores que voltam seu olhar para distintos contextos geopolíticos e que, pelo seu caráter tão diverso e interdisciplinar, atravessa fronteiras geográficas, políticas, linguísticas, culturais e temporais, uma vez que o leitor verificará que há textos que nos remontam a diversas configurações histórico-culturais em que as atitudes e as políticas linguísticas seguem seu passo.

O caminho pelo qual percorrem as páginas desse dossiê parte de pesquisa no Estado do Paraná, Brasil, onde a UNIOESTE e a equipe da Revista *Ideação* se situam geograficamente. Na sequência, em um movimento que é tão caro entre pesquisadores de nosso campo de estudos e de nossa universidade, o dossiê apresenta dois estudos que atravessam a fronteira adentrando o Paraguai e evidenciando atitudes linguísticas ora favoráveis ora desfavoráveis em relação a línguas existentes naquele país: o castelhano, o guarani e o *jopará*. Após essa mirada em um recorte do espaço sul-americano, o dossiê avança para o outro lado do Atlântico desvelando o ambiente político-linguístico da República dos Camarões, em África, e, em seguida, em outro giro, somos conduzidos ao sudeste asiático em pesquisa sobre Timor-Leste. Por fim, nosso olhar é direcionado para atitudes e políticas linguísticas na Península Ibérica no período medieval e início da Idade Moderna, tendo como perspectiva a interação entre língua e religião. Passamos, portanto, nos próximos parágrafos, a apresentar brevemente o conteúdo dos textos que temos a satisfação de reunir.

O primeiro artigo, de autoria de Vanessa Marochi e Tadinei Daniel Jacumasso, construído a partir de pesquisa realizada em banco de teses e dissertações da CAPES, analisa produções acadêmicas sobre atitudes linguísticas desenvolvidas entre 2008 e 2018 em universidades paranaenses, com intuito de desvelar metodologias, procedimentos e resultados. O Paraná, onde também a Unioeste se situa, faz fronteira na região oeste com dois países hispanofalantes, e foi (e ainda o é) cenário de diversos fluxos migratórios que contribuíram para a formação do mosaico linguístico-cultural desse estado brasileiro. As complexas relações entre língua e sociedade que se evidenciam em ambientes sociolinguisticamente plurais, como o são os contextos de imigração em que diferentes línguas (e grupos linguísticos) coexistem e interagem, sobressaem nos vários dos trabalhos acadêmicos analisados por Marochi e Jacumassu e que apontam para a urgência por políticas linguísticas que contribuam para a manutenção e valorização das línguas e culturas de diferentes comunidades linguísticas. Pois, de modo geral, conforme argumentam, os estudos evidenciam que, embora as línguas dos diferentes grupos consistam de fator de manutenção da cultura e da identidade cultural e os participantes das pesquisas externarem profundo sentimento de identificação com suas línguas de imigração, há uma certa tendência à não manutenção dessas línguas entre as comunidades, uma vez que as políticas linguísticas oficiais nacionais construídas historicamente no Brasil comprimem os usos e a importância dessas línguas diante de um longo processo de homogeneização em favor da língua portuguesa.

Na sequência, apresentamos o texto de Martiny, Ribeiro e Cortez, todos docentes e pesquisadores da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), situada em Foz do Iguaçu-PR, município localizado nessa fronteira intensamente plurilíngue. O estudo analisa uma ação de extensão sobre mediação de leitura literária que duplamente atravessa fronteiras: primeiro entre Foz do Iguaçu, no Brasil e *Ciudad del Este*, no Paraguai e, depois, entre a universidade e uma escola pública do país vizinho. O estudo analisa as atitudes linguísticas da equipe extensionista do projeto e, com isso, discute as políticas linguísticas declaradas e praticadas pela universidade e na instituição de ensino onde a ação se desenvolve, em cujo país ambos castelhano e guarani possuem o estatuto de línguas oficiais e onde grande parte da população é falante de jopará. A partir da análise dos relatos da equipe, na sua relação, aproximação e estranhamento com o ambiente sociolinguístico do espaço escolar, os autores concluem que a gestão das línguas pela equipe naquele cenário

contribuíram para que não fossem (re)produzidas atitudes desfavoráveis diante das línguas e da cultura daquela escola, valorizando os saberes locais e promovendo relações harmoniosas no encontro entre línguas e culturas distintas.

Seguindo o mesmo movimento de ‘cruze’ nessa mesma região de fronteira, o trabalho de Santos nos apresenta uma perspectiva sobre as atitudes de paraguaios trabalhadores do comércio de *Ciudad del Este* em relação ao *jopará*, essa ‘terceira língua paraguaia’ derivada do contato entre guarani e castelhano e presente em páginas policiais do periódico *Diario Popular*. Seu texto, que deriva de estudos desenvolvidos em mestrado e doutorado, propicia estabelecer relação entre as ações de planejamento linguístico no Paraguai e a formação de saberes que tendem a circunscrever o *jopará* a domínios de uso informais. Conforme explicita, isso deriva de profundas relações de poder no país que envolvem, por exemplo, a classe dominante e o sistema escolar em suas ideologias sobre as línguas. Suas análises evidenciam que as classificações, conceitos e opiniões em relação aos usos que se fazem das línguas no periódico são formulados segundo esquemas interiorizados, estruturados e estruturantes, associados ao grau de escolarização dos trabalhadores participantes da pesquisa. Esses esquemas regem suas atitudes linguísticas em que se considera legítimo o uso das formas padronizadas de guarani e castelhano e, aceitável, o *jopará*, enquanto expressão da cultura popular voltada a mais contextos informais.

Os trabalhos que seguem na sequência, conforme explicitamos anteriormente, apresentam-nos contextos não familiares para essa fronteira em que nos situamos geográfica e politicamente. O texto de Hodiéb, alicerçado em uma perspectiva pós-colonial, discute os resultados de pesquisa sociolinguística realizada entre 32 camaroneses residentes na França com vistas a depreender suas atitudes diante do francês e de línguas indígenas da República dos Camarões. Conforme afirma, o passado colonial do país teve profundas implicações na configuração linguística do país e na relação da população com suas línguas locais, regionais e com aquelas implantadas durante a governança partilhada da colônia entre a França e a Grã-Bretanha. Hodiéb explicita que, enquanto a administração britânica concedia ao povo o uso de suas línguas, a política assimilacionista francesa foi responsável pela marginalização das muitas línguas indígenas do país, subjugando populações e ocasionando em perda linguística intergeracional. A autora chama de ‘paradoxo camaronês’ o valor que hoje os camaroneses atribuem às suas línguas indígenas, sentindo a necessidade

de recuperá-las como parte da herança linguística e cultural, o que evidencia questões relacionadas à identidade e riscos de extinção dessas línguas.

O penúltimo artigo desse dossiê, de autoria de Macedo e Savedra, tem como objetivo refletir sobre a relação entre língua, tempo e espaço linguístico, tomando como referência a realidade sociolinguística de Timor-Leste. Para tanto, os pesquisadores inicialmente apresentam três perspectivas de espaço (espaço linguístico, espaço social, espaço linguístico-político), para, na sequência, discutirem a diversidade linguística em Timor-Leste tendo em vista as ações políticas que culminaram nas intervenções e nas formas gestão das línguas em um país reconhecidamente plurilíngue, em que uma das línguas oficiais (o português) não é coincidente com a língua materna da maioria de seus habitantes. Embora o tema das atitudes linguísticas não seja central no artigo, ele sobressai nas reflexões dos autores sobre as políticas linguísticas do país e sobre o espaço linguístico e social em Timor-Leste, em que a questão da identidade linguística e resistência linguística vem à tona.

O último texto que compõe esse dossiê nos faz volver no tempo e lança o olhar para o uso da linguagem no período medieval e no início do que conhecemos como Idade Moderna. Gallego e Giménez-Eguíbar abordam as políticas e atitudes linguísticas do ponto de vista da interação entre língua e religião, mais especificamente discutindo a relação do árabe com o islamismo de um lado e, do romance com o cristianismo de outro nesses dois períodos históricos. Conforme explicitam, a associação da língua árabe com o islamismo e, a do romance e do latim com o cristianismo, predominou, respectivamente, tanto na Península Ibérica sob domínio islâmico quanto quando aquele espaço se encontrava sob domínio cristão. Os dados analisados sugerem que as atitudes sociais e políticas linguísticas que evoluíram a partir dessa associação se estruturou de forma distinta: no caso de al-Andalus, o interesse pela língua dos cristãos foi mínimo e o grau de ‘arabização’ de cristãos tornou desnecessárias políticas linguísticas mais contundentes contra o uso do romance, aliado ao fato de que de acordo com a lei islâmica nenhuma homogeneização social ou política de unificação religiosa poderia ser emitida pelo governo islâmico. Diferentemente, no século 16, as circunstâncias políticas sociais distintas evidenciavam tentativas de conversão de muçulmanos ao cristianismo, com o objetivo de assimilação cultural. Como efeito das relações de poder, atitudes e políticas linguísticas e culturais diante da língua e religião do ‘outro’, o destino da língua árabe foi o da rejeição e esquecimento devido à sua conexão com o Islam.

Diante desse panorama, evidenciamos essa rica reunião de artigos que contribuem para refletirmos sobre as atitudes linguísticas e as políticas linguísticas por meio de distintas abordagens e perspectivas que contemplam temas como fronteiras, docência, resistência, tempo, espaço, identidade e religião.

No que tange à concepção desse dossiê, sua organização se deu em um momento histórico de grandes incertezas e instabilidade ocasionadas pela pandemia de Covid-19, que nos conduziu à emergência de rupturas de modelos de fazer e socializar pesquisas, bem como nos desafia cotidianamente, a pensar novas configurações na forma de nos relacionarmos e nos conectarmos. Diante disso, ressaltamos que, apesar das dificuldades do trabalho remoto em meio ao acúmulo de demandas de diferentes ordens por parte de todos que se engajaram e se envolveram na construção desse dossiê (autores-pesquisadores, pareceristas anônimos do Brasil e do exterior, equipe-técnica da revista, editores e organizadores), concretizamos com êxito esse intenso trabalho que nos coloca diante de indagações, reflexões e perspectivas para a continuidade de pesquisas no campo das atitudes e das políticas linguísticas.

Na sequência desse dossiê, a Revista *Ideação* segue com artigos de sua demanda contínua, com variados estudos desenvolvidos nas áreas do conhecimento relacionadas ao escopo desse periódico.

Desejamos uma boa leitura!

Profa. Dra. Isis Ribeiro Berger

UNIOESTE – Foz do Iguaçu

Cátedra Unesco em Políticas Linguísticas para o Multilinguismo



Organização das
Nações Unidas
para a Educação, a
Ciência e a Cultura



• Cátedra UNESCO em
• Políticas Linguísticas para o Multilinguismo
• Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
• Florianópolis, Brasil